

## APRESENTAÇÃO

O livro *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos* é composto por textos escritos no âmbito dos Colóquios I e II do Ciclo *Escritas e Culturas na Europa Moderna*, organizado por iniciativa conjunta do Centro de História da Universidade de Lisboa e do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa; na organização do Colóquio I participou também a Fundação Calouste Gulbenkian. Este ciclo de Colóquios decorreu no âmbito da Cátedra do Collège de France na Universidade de Lisboa, de que o Professor Roger Chartier foi um dos Professores titulares, surgindo como autoridade maior em cada um dos Colóquios.

Uma parte dos textos agora publicados corresponde a comunicações efectivamente apresentadas; os restantes são da autoria de reconhecidos especialistas, convidados com o objectivo de conferir mais densidade e maior amplitude ao tema, pela inclusão de novas dimensões e pela extensão ao Atlântico moderno. A propriedade autoral e a diversidade dos assuntos, consignando aprofundamento e especificidade, não comprometem o sentido de uma evolução histórica e a unidade compósita do livro. A disposição dos textos procura, dentro do possível, conciliar diacronia e amplitude das perspectivas.

O texto de Roger Chartier, “Literatura e cultura escrita: permanência das obras, mobilidade dos textos, pluralidade das leituras”, incide na relação entre história cultural e escrita textual, dando particular atenção ao contraponto entre estabilidade das obras, pluriconfigurabilidade dos textos, instabilidade das leituras. Desenvolvendo de modo documentado e argumentativo uma dialéctica histórica, Roger Chartier organiza o texto em três itens: atribuição

e autoria; materialidade; leituras. Assinala que a permanência das obras resulta no essencial de uma unidade discursiva e da “função-autor”. Esta evoluiu, no século XVIII, para uma legitimação jurídica da propriedade textual e para uma consistência da obra literária, assegurada pelo arquivo sistemático dos manuscritos autógrafos por parte dos autores. Mas o destino dos textos cedo fica na mão de editores, compositores, censores, antologiadore e, mesmo que na sequência das versões se mantenham a materialidade e a uniformidade das marcas autorais, a combinação entre forma e sentido, associada aos processos de adaptação, inteligibilidade e apropriação, confere aos textos uma dinâmica circunstancial. A apropriação é um processo de dar sentido. Na relação entre leitor e texto, mediante intelecção e de interpretação, o leitor atribui sentido e confere significado. No texto de Roger Chartier, esta dialéctica está devidamente documentada com fontes históricas, traduzida em conceitos, circunscrita e iluminada por uma constelação de disciplinas e por autores conceituados com quem Roger Chartier dialoga. Mas é a história cultural que aborda a totalidade textos-cultura-leitura em quadros diacrónicos e congrega a historicidade do leitor, práticas, modos de ler e interpretar que estão na base do sincrónico, e este assim se torna presente como complexo axial da história. Neste presente-passado, presente-conjuntura, a diacronia é evolução e reinterpretação com sentido de futuro. Roger Chartier desafia o leitor com uma problemática de partida e deixa, na saída, três perguntas e uma convicção. Como manter o conceito de propriedade autoral? Como reconhecer, na circularidade e no imediatismo do digital, uma ordem dos discursos que esteja associada ao livro, aos géneros textuais? E, enfim, como preservar uma percepção da “obra” enquanto totalidade de sentido? E se a perspectiva histórica leva à historicidade leitora como totalidade, então não poderá deixar de fazer parte deste questionamento.

No texto “Edições num mundo sem editor”, João Luís Lisboa parte da impossibilidade de pensar a circulação de textos sem editor para interpelar as circunstâncias actuais, em que o suporte digital conduz à imaterialidade e ao apagamento do editor, enquanto responsável por organizar e dar a ler os textos em condições de legibilidade. Tal apagamento torna-se paradoxal em face da

hipertextualidade que caracteriza o digital e em face da história editorial, como comprova o texto de João Luís Lisboa, ao dar a conhecer edições de final de Quinhentos, cujos impressores/tipógrafos assumiram um labor editorial, interferindo na legibilidade dos textos, seleccionando o tipo de letra, ajustando os textos censurados, corrigidos, anotados ou mesmo contrafeitos. Refere o caso de Aldo Manuzio, impressor em Veneza, que está associado ao itálico; refere Valentim Fernandes, que, designadamente na publicação da *Grammatica Pastranae* (1497), ajustou diversos tipos de texto, mas que está longe do que veio a ser o editor. Apresenta o impressor Manuel de Lira, que em 1585 publicou uma segunda edição d'*Os Lusíadas* em formato reduzido, censurada e profusamente anotada, destinada a “um público novo”. Por fim, João Luís Lisboa menciona o caso de André Lobato, que nesse mesmo ano fez sair a público uma contrafacção da versão publicada por António Gonçalves em 1572.

No capítulo “Com letras grandes y legibles. Escritura expuesta y espacio público en la temprana Edad Moderna hispana”, Antonio Castillo Gómez socorre-se do expressão “*grafosfera publica*” para aludir às manifestações da escrita nas cidades modernas. Contrasta a raridade da pintura mural com a frequência da escrita pública (em público e publicitada), destacando éditos, inscrições monumentais, cartazes publicitários e propagandísticos, libelos, pasquins. Inscreve estas manifestações de escrita num quadro de comunicação e analisa-as tendo em atenção o acto de publicar, espaços e locais, materiais, modalidades de apropriação. O tipo de texto reflecte a natureza da mensagem, e o efeito de comunicar fica manifesto quando, ao lado dos caracteres alfabéticos, surgem desenhos e pinturas mais facilmente compreensíveis. Para além das funções informativa, laudatória, propagandística, Castillo Gómez analisa e documenta a escrita pública como manifestação de poder e objecto de controvérsia. Por último, detém-se sobre a circularidade e a diversidade nas apropriações que oralidade, texto, imagem proporcionavam.

Em “Memoria y escritura de un embajador consejero: el conde de Assumar en la Guerra de Sucesión por la Monarquía Hispánica (1705-1713)”, David Martín Marcos faz a leitura de uma série de diários do conde Assumar, escritos por este na qualidade de embaixador na corte do arquiduque Carlos

e no contexto da Guerra da Sucessão espanhola. É uma escrita elaborada a partir de si e que David Martín Marcos analisa quanto à informação, ao modo de redacção e como ego-história. É uma escrita para recordar, aproximando-se de uma crónica “apoiada na autoridade que lhe concedia ser testemunho dos acontecimentos”, mas também uma escrita de afirmação de um inconformismo sobre a representação que os outros membros da Aliança faziam sobre Portugal.

Ana Cristina Araújo, em “A herança de Espinosa num manuscrito silenciado e num livro proscrito de Ribeiro Sanches”, após comentar o conceito de “estrangeirado” associado à Europa das Luzes, adverte que houve homens de letras portugueses cujo cosmopolitismo os situa para além deste conceito. É o caso de Ribeiro Sanches, de que narra sumariamente a biografia, para se centrar depois na obra *Origem da Denominação de Christão-Velho, e Christão-Novo, em Portugal, e as Causas da Continuação destes Nomes, como também de Cegueira Judaica*. O manuscrito data de 1748, ainda que Ribeiro Sanches o tenha reelaborado por diversas vezes. Ana Cristina infere que Ribeiro Sanches, criticando a comunidade cristã-nova e os cristãos-velhos, intentava “esvaziar o funcionamento da Inquisição retirando-a da alçada canónica; devolver ao Estado o poder de regular as ações exteriores dos seus súbditos; e pacificar a sociedade portuguesa, pondo termo a uma divisão injustificada, assente em confissões dissimuladas, falsas e atentatórias da liberdade de consciência”.

No texto “As luzes e a educação na América portuguesa setecentista: escritas, valores, práticas”, Thais Nívia de Lima e Fonseca integra a educação no quadro das Luzes, ou melhor, comprova que as Luzes são educação. Analisando documentação inédita sobre o ensino régio em Portugal e em Minas Gerais, infere que o quadro cultural e o sentido de progresso subjacentes aos discursos e às práticas docentes estão em conflito com o sentido tradicionalista e conservador dos valores, no contexto da Ilustração e do Império Português. Após uma discussão conceptual, Thais Nívia de Lima e Fonseca desvela e documenta o significado da aculturação escrita na mutação da sociedade mineira na fase final do Brasil-Colónia.

Caio Boschi, em “O papel, a tinta e o armário: em torno da administração colonial luso-brasileira setecentista”, ao mesmo tempo que apresenta arquivos,

conjuntos documentais e fontes históricas sobre a administração da América portuguesa setecentista, desenvolve uma reflexão sobre a arquivística e uma heurística, cujos pressupostos e orientações visam a compreensão daquela realidade histórica. Neste texto, Caio Boschi dá especial atenção à epistolografia – assim a diplomática, a de negócios e a pessoal –, que assume relevância documental, particularmente numa geografia de império e em circunstâncias históricas de instabilidade e aceleração de decisões, nomeadamente no ciclo do ouro, que determinou a economia e a sociedade de Minas Gerais no decurso de Setecentos. Através das fontes epistolares, é possível “apreender de modo vertical quem eram os agentes que faziam movimentar a máquina administrativa” e “captar a face humana da administração, tentando alcançar a dimensão humana dos administradores”.

Eduardo S. Neumann, em “A cultura escrita nas missões guaranis: Paraguai, séculos XVII e XVIII”, documenta a acção dos missionários da Companhia de Jesus nas Reduções do Paraguai, onde criaram uma elite letrada entre as populações locais: “O empreendimento de ‘escriturização’ do idioma guarani permitiu a produção de uma literatura religiosa e também serviu como meio de comunicação e reivindicação política.” Essa elite autóctone, assim constituída e reconhecida, assumiu cargos de poder e de representação, nomeadamente nos “*Cabildos* missioneiros”, e assegurava a mediação com as populações autóctones. Fazendo uso da cultura escrita, adaptando, inventando, esta elite está na origem de uma produção escrita, nomeadamente sob a forma epistolar e de relato. Eduardo Neumann refere-se à origem, enquadramento, funcionalidades e historiografia desta “escrita indígena”.

Junia Ferreira Furtado e Nuno Gonçalo Monteiro, em “O abade Raynal: discursos e fontes sobre o Império Português. Algumas notas”, após breve reanálise do conceito de “estrangeirado” e uma caracterização das controvérsias em torno da história do Império Português, concentram-se sobre “a primeira edição de 1770 da *Histoire philosophique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, geralmente designada por *Histoire des deux Indes*, do abade Raynal (1713-1796), ao que se diz, a obra de maior divulgação publicada no século dito das Luzes”. Analisam as fontes e a construção do texto, composto

por diferentes volumes, e que desde a edição de 1780 incorporou as respostas aos questionários que Raynal enviara a diversos correspondentes, buscando informações sobre os impérios europeus de além-mar. Concluem os autores que, no decurso das edições, foram sendo atenuadas as críticas ao sistema colonial português e que essa perspectiva benigna da colonização portuguesa foi sendo difundida pelos embaixadores portugueses e “impactou a literatura posterior, o que pode ser observado na obra de Adam Smith”.

Entrando no século XIX, em “Escritas e práticas políticas na construção do Império do Brasil (1821-1823)”, Lucia Maria Bastos P. Neves procura identificar o sentido e apreender as práticas das elites luso-brasileiras no tempo crítico e controverso que antecedeu a construção do Império do Brasil, no contexto mais vasto da crise do Antigo Regime ou da Idade das Revoluções. Intenta consegui-lo através do vocabulário político “que permeou as principais discussões na imprensa, nos panfletos políticos, nas folhas volantes e *papelinhos*, escritos entre 1821 a 1823 e publicados tanto no Brasil quanto em Portugal”. A autora refere uma multiplicidade de periódicos, manifestos, panfletos. Se, até então, no Rio de Janeiro havia apenas um periódico, entre 1821 e 1822 foram editados 20 periódicos. E, entre 1821 e 1823, o total de panfletos impressos no Brasil poderá ter ascendido a mais de 350. Lucia Maria Bastos P. Neves indaga as ideias e as linhas de força subjacentes à multiplicidade de textos, de que ressaltam “as linguagens do liberalismo e do constitucionalismo”, manifestas em conceitos essenciais, como voto, eleições, assembleias, Constituição. Era, no entanto, um movimento de opinião que permanecia circunscrito às elites.

No texto “Instituição escolar e constituição da sociedade moderna: setecentismo e reformas educativas”, Justino Magalhães incide sobre a instituição educativa como instância de modernidade e constituição da sociedade moderna. Documentando e caracterizando, aborda particularmente o período entre final do século XVII e primeiras décadas do século XIX, enquanto ciclo longo de estruturação da educação moderna e constituição da instituição escolar, formado por três conjunturas: decomposição, ruptura/reformas, recomposição.

Conclua-se, reiterando que o livro que agora se publica ilustra uma modernidade letrada. Desde Quinhentos que a escrita está presente como

manuscrito e como impresso e, com ela, a leitura. A modernidade é impensável sem a cultura letrada das elites e sem a aplicação da escrita a novos domínios materiais, simbólicos, de governo e administração, socioculturais, como também sem a aculturação escrita de novos públicos.

Tendo a escrita como motivo central, *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos* desvela o mundo dos textos, ilustra os campos autoral, editorial, do leitor, comunicacional, intrínsecos à cultura escrita, toma a escrita como campo simbólico, de representação, poder e mobilização. E, enfim, apresenta a cultura escrita como constitutiva da Europa e do Atlântico modernos. Incidindo sobre uma realidade complexa e multidimensional, este livro traz a historicidade e a perspectiva histórica para o centro dos estudos humanísticos, sociais, culturais, educacionais.

Por fim, uma palavra devida de agradecimento. Desde logo, ao responsável pela Cátedra do Collège de France na Universidade de Lisboa, o Professor Eduardo Ducla-Soares. Depois, aos Directores do Centro de História da Universidade de Lisboa, os Professores Hermenegildo Fernandes, Director à época da realização dos citados Colóquios, e Luís Filipe Barreto, e do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, os Professores João Pedro da Ponte e Luís Miguel Carvalho. Mas também à equipa que colaborou, de forma empenhada e profissional, no moroso processo editorial: os Drs. Sónia Fialho Borges, Filipe Marques Fernandes e André Morgado. Sem o seu esforço e dedicação, este volume não teria sido dado à estampa tão cedo. A todos, pois, o nosso reconhecimento.

E agora a palavra aos leitores.

OS ORGANIZADORES

Roger Chartier

José Damião Rodrigues

Justino Magalhães